

Senhor Primeiro Ministro de Portugal, agradeço-lhe muito que tenha vindo partilhar connosco a alegria que é a inauguração deste edifício. A recuperação daquela que era a última grande ruína na alta universitária, fruto de uma longa degradação que culminou numa grave derrocada no já longínquo ano de 1988, tem tremendo valor simbólico nesta zona classificada pela UNESCO como património da humanidade, sendo a maior obra efetuada no pólo histórico da Universidade de Coimbra desde a construção dos edifícios do Estado Novo.

Quero começar por prestar pública e muito sentida homenagem a algumas pessoas que se destacaram no enorme esforço coletivo que permitiu atingir este resultado, que nos orgulha. Ao Vice-Reitor e arquiteto Vítor Murtinho, que coordenou todo este projeto, cheio de desafios técnicos pela forma incomum como está feito, baseado em boa parte numa estrutura metálica, interior às paredes antigas. À administradora da Universidade, Dra. Teresa Antunes, que conseguiu em situação muito difícil, que muitos achavam impossível, obter todas as autorizações necessárias, incluindo uma resolução do Conselho de Ministros a viabilizar a obra, para além de conduzir com grande maestria a sua execução administrativa e financeira. À Prof.^a Ana Abrunhosa, Presidente da CCDRC, que aceitou o risco que esta obra representava, feita em prazos impossíveis e com dificuldades técnicas de assustar, mas confiou na capacidade de a Universidade a concretizar e libertou decisivos fundos europeus estruturais para a sua construção. Lembro também, com saudade, o Eng. Rui Prata Ribeiro, que coordenou a fiscalização da obra mas infelizmente nos deixou perto do seu final. Um agradecimento muito especial para o anterior Reitor, Fernando Seabra Santos, que promoveu inúmeros trabalhos preparatórios, em particular a elaboração do projeto que agora foi concretizado. Sem qualquer uma destas pessoas, este projeto não se teria concretizado.

Com este edifício a Universidade de Coimbra fica mais capaz de cumprir a sua missão.

Mas quis o destino que dirigisse umas palavras a tão distinta audiência depois da catástrofe que assolou Portugal nos últimos meses. A zona centro, em que nos inserimos, é a mais afetada, e não podemos ignorá-lo. A missão da Universidade passa também por estudar e propor soluções para os problemas da sociedade, e os incêndios são um enorme desafio para Portugal.

Vou por isso, Senhor Primeiro Ministro, partilhar consigo, e com todos os presentes, embora de forma telegráfica, algumas ideias suscitadas pela intensa reflexão que tem sido feita sobre este tema, também no interior da Universidade de Coimbra. Nas Universidades temos o enorme privilégio de poder pensar a mais longo prazo, e tentar, para além das ações de curto prazo, identificar as tendências de longo prazo.

Clarifico desde já que não vou fazer qualquer acusação a este Governo, que entendo que não tem mais responsabilidade do que os que o precederam, de há muitos anos a esta parte. É uma reflexão que pretendo totalmente construtiva, mas sem disfarces.

Entendo que há três questões chave que condicionam qualquer resposta eficaz ao problema dos incêndios.

A primeira é a absoluta necessidade de nos adaptarmos às alterações climáticas, que já não são reversíveis, embora possam, e devam, ser o mais atenuadas possível. Podemos resumir em quatro palavras o que estas representam para Portugal: o Saara vem aí. Temos pela frente um muito difícil trabalho de adaptação a esta evolução, seguramente na gestão das florestas, mas também na gestão da água, na transformação da agricultura, da arquitetura, da energia, etc, se não quisermos ser mesmo um deserto. É uma tarefa que exige muito ao Estado, onde não se poderá "fazer como sempre se fez".

O que nos leva à segunda questão, a da competência do Estado para fazer essa transformação. Não estou a focar no Governo, mas sim nas estruturas intermédias do Estado, onde são tomadas muitas das decisões que de facto afetam o dia-a-dia das pessoas. Desde tempos imemoriais, de muito antes do 25 de abril, os lugares intermédios do Estado têm sido preenchidos por critérios que nada têm a ver com o mérito, mas apenas com

obediências partidárias e de grupo, relações familiares e de vassalagem. Sem que o mérito passe a ser o critério efetivo de escolha, não teremos qualquer capacidade de nos adaptar às alterações climáticas, nem de gerir a floresta, nem o território, e o Saara chegará. Saúdo o anúncio feito pelo Governo de os lugares da Proteção Civil passarem a ser preenchidos por concurso, mas mais do que isso espero que sejam preenchidos por mérito, que é algo de bem mais profundo que apenas fazer concursos, que são indispensáveis, mas que com facilidade são manipuláveis, se não houver imenso cuidado na sua condução. E é preciso depois acompanhar o que vai sendo feito: comissões verdadeiramente independentes, como as que foram convocadas agora, devem ser chamadas com regularidade a pronunciar-se, independentemente das catástrofes, para avaliar o que está ser feito, e corrigir o rumo.

A terceira questão, Senhor Primeiro Ministro, é a mais difícil, e resume-se ao seguinte: sem gente que ocupe o território, não há solução. Dentro de cerca de 10 anos, imensas aldeias estarão desertas, por já não haver ninguém vivo, por força da idade dos que ainda lá estão. Imensas vilas estarão como aldeias, e imensas cidades como vilas. As pessoas abandonaram grandes extensões do território por uma só razão: não tinham lá emprego. Não há outra razão relevante. Como se combate isso? Alterando os nossos critérios de decisão coletivos.

Deixe-me que lhe confidencie algo que fazemos correntemente, aqui na Universidade de Coimbra: quando planeamos algo de verdadeiramente arrojado, na fronteira do conhecimento, fazemo-lo em segredo. Para não perdermos propriedade intelectual? Um pouco. Para publicarmos os resultados primeiro? Limitadamente. O objetivo principal é que as pessoas da capital não nos boicotem. Chegamos a não ir procurar financiamentos aos fundos estruturais, porque se o fizermos na capital vão saber deles, pois as avaliações são sempre feitas na capital, e vão encontrar forma de levar esses projetos para outro lugar, ou de impedir que se concretizem. Colocar no terreno projetos arrojados já é difícil que chegue; não precisamos de contra vapor.

Os argumentos para levar os melhores projetos para as grandes áreas metropolitanas são bem conhecidos: maximizar a massa crítica, estar no local onde se faz mais investigação, estar perto dos aeroportos, dos locais com mais empresas, com mais serviços, com mais pessoas doentes, com mais pessoas com saúde, com mais estruturas culturais, com mais isto ou mais aquilo. Estes são os argumentos perfeitos para tornar ainda maior o que já é grande, e tornar ainda mais pequeno o que já é pequeno, pois os lugares pequenos nunca poderão competir com os grandes, se o argumento, num formato ou outro, é o argumento do tamanho. São estes argumentos concentracionários que têm vindo a desertificar o país, cada vez mais.

Já estou a ouvir quem achará que estou louco ao dizer isto: mas então, num país com poucos recursos, este ainda os quer dispersar mais, torná-los ainda menos capazes de competir?

Na Alemanha, poucos anos depois da reunificação, quando a capital voltou a ser Berlim, o parlamento federal tomou a inexplicável decisão, à luz dos nossos critérios de planeamento, de retirar de Berlim o único Tribunal Superior que lá estava, o Bundesverwaltungsgericht, o Supremo Tribunal Administrativo, e mudá-lo para Leipzig. Os seis tribunais superiores alemães estão todos fora da capital, espalhados por várias cidades intermédias. Porquê? Porque os alemães acreditam que ficam mais fortes, que ficam mais competitivos, se aproveitarem bem todo o seu território. Acreditam que é uma má ideia desperdiçar parte desse território concentrando em demasia.

Nenhuma das grandes empresas multinacionais alemãs está sediada em Berlim. A Volkswagen está em Wolfsburg, a Siemens em Erfurt, a Bayer em Leverkusen, a BMW em Munique, a Mercedes em Estugarda, etc, etc. Uma distribuição similar pelo território pode ser encontrada noutros países como a Holanda, a Dinamarca, a Suécia, a Itália ou a Áustria.

Portugal precisa, se quer vencer a batalha pela preservação do seu território, de ter uma política ativa de distribuição da atividade económica e das estruturas centrais do Estado pelo seu território. Não sucursais, não delegações, mas as próprias estruturas centrais.

Um belo exemplo são as estruturas de gestão dos fundos estruturais. Porque estão quase todas na capital? Porque é que a gestão do COMPETE não está em Braga? Porque é que a gestão do Interreg não está em Bragança? Porque é que a gestão do PO SEUR não está em Faro? Porque é que a gestão do POCH não está em Viseu? Porque é que a gestão do PDR não está em Castelo Branco? Os fundos estruturais criam milhares de postos de trabalho para a sua gestão. Distribuí-los pelas zonas mais desfavorecidas deveria ser o primeiro passo a dar para ajudar essas zonas desfavorecidas. Também há pessoas inteligentes e capazes fora da capital.

Posso dar o exemplo dos Tribunais. Porque não está o Tribunal Constitucional em Coimbra? Porque não está o Supremo Tribunal de Justiça no Porto? O Tribunal de Contas em Tomar? O Provedor de Justiça em Évora? Não resisto a dizer que o Instituto Camões deveria estar em Coimbra, cidade berço da língua e da cultura portuguesas. Etc, etc.

Senhor Primeiro Ministro: não estou a lamentar-me, não estou a pedir nada, não estou a arranjar justificações para nada. Estou apenas a constatar, com frieza, a realidade. Na Universidade de Coimbra estamos a fazer o nosso caminho, sabendo do país hipercentralizado que somos. O financiamento direto europeu que conseguimos é cada vez maior, temos a melhor incubadora de empresas de Portugal, somos a única universidade portuguesa que produz medicamentos para o mercado, somos a mais global das universidades portuguesas, a que atrai mais estudantes internacionais. Ainda há dois dias recebi uma condecoração dada pelo Governo Brasileiro, em reconhecimento disso mesmo.

Mas a larga maioria do país não tem a capacidade de se projetar para fora de fronteiras que a Universidade de Coimbra tem, uma estratégia para a qual este Colégio da Trindade, Casa da Jurisprudência, que hoje inauguramos com júbilo, é mais um dos esteios.

Portugal tem recursos demasiado limitados para nos podermos dar ao luxo de desperdiçar 80% do nosso território, concentrando tudo em duas grandes áreas metropolitanas. O resto do país, Senhor Primeiro Ministro, não tem futuro se não passar a haver uma política deliberada de distribuir pelo território as estruturas centrais do Estado. Se não houver um política muito ativa de distribuir a atividade económica por todo o país. Só assim voltará todo o nosso espaço a estar ocupado, a estar devidamente cuidado, a contribuir para a prosperidade do país.

A Universidade de Coimbra, como sempre fez, está pronta para colaborar nesse grande desígnio nacional.

João Gabriel Silva,

25 de outubro de 2017

Inauguração do Colégio da Trindade, Casa da Jurisprudência